

Cunha quer definir regime

“Acho que o sistema de governo deveria ser votado em uma preliminar, antes dos trabalhos das demais comissões. Uma vez definido o sistema de governo, a Constituição terá de se adaptar, em seus capítulos e artigos, ao sistema definido”. Esta declaração do deputado Cunha Bueno (PDS-SP) foi feita no plenário da Constituinte.

O deputado argumenta que, se for feita uma Constituição antes de se definir essa premissa, se será o presidencialismo ou o parlamentarismo — “que parece ser a grande discussão da Casa” — ao final dos trabalhos, a Carta terá de ser refeita, para adaptá-la ao sistema de governo que vier a ser definido.

O deputado federal Vinicius Cansanção (PFL-AL) disse em Maceió, que “qualquer tentativa de se reduzir o mandato do presidente José Sarney, evidentemente, acarretará reflexos negativos para a situação do próprio País e isso não pode ser desejo de nenhum brasileiro, muito menos daqueles que têm nas suas mãos, o poder de decidir sobre os rumos do futuro da Nação”.

Disse ele que pela atual Constituição, ainda em vigor, o mandato do Presidente da Repúli-

ca é de seis anos e nada aconselha que venha a ser diminuído. “Reduzir-se o mandato presidencial equivaleria, na minha opinião, a uma cassação e isto, conforme já ficou demonstrado, o povo brasileiro repudia”.

Também o deputado José Freire (PMDB-GO) defende um mandato de seis anos para o presidente José Sarney. “por força de direito adquirido, como substituto legal do presidente Tancredo Neves, eleito pelo colégio eleitoral para um mandato de igual duração”.

Entende o parlamentar que não se pode questionar a duração desse mandato, sem risco de tirar-se do Presidente da República “a necessária tranqüilidade para administrar o País e negociar acordos internacionais, como o referente à dívida externa”.

Para Freire, o fato de o presidente Sarney ter sido eleito pela via indireta, não lhe retira a legitimidade do mandato, “sacramentado pela vontade da opinião pública nacional manifestada nas praças e ruas do Brasil e genuinamente presente no Congresso, quando da realização do pleito presidencial, pelo colégio eleitoral”.